

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS - BSCA

CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

Sumário	
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS	
CAPÍTULO IV - POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO	
CAPÍTULO V - MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE	
CAPÍTULO VI - CANAL DE DENÚNCIAS E PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE	5
CAPÍTULO VII - SANÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES	6
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS	6



CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Objeto e Finalidade

O presente Código de Ética, Conduta e Medidas Anticorrupção tem por objetivo estabelecer os princípios, valores e padrões de conduta que devem nortear as atividades dos colaboradores, administradores, sócios, parceiros, fornecedores, prestadores de serviço e quaisquer terceiros que mantenham relação com a BSCA, promovendo a integridade, a conformidade legal e o combate efetivo à corrupção.

Art. 2º - Abrangência

Este Código aplica-se a todos os níveis hierárquicos, unidades operacionais e relações negociais da BSCA, alcançando:

- 1 Empregados e colaboradores diretos;
- II Diretores, gerentes e administradores;
- III Estagiários, aprendizes e prestadores de serviço;
- IV Fornecedores, parceiros comerciais e consultores externos;
- V Terceiros que atuem em nome da BSCA.

CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Art. 3º - Princípios Éticos

Todos os integrantes da BSCA devem pautar suas condutas pelos seguintes princípios:





- Legalidade: atuação em conformidade com as leis e regulamentos vigentes;
- II Integridade: honestidade, transparência e responsabilidade em todas as relações;
- III Imparcialidade: decisões justas, livres de favoritismo ou interesses pessoais;
- IV Respeito: valorização da dignidade humana, da diversidade e da convivência pacífica;
- V Comprometimento: dedicação aos objetivos institucionais com profissionalismo e zelo.

CAPÍTULO III - DIRETRIZES DE CONDUTA

Art. 4º - Condutas Esperadas

É esperado que todos:

- I Cumpram as obrigações legais e contratuais;
- II Zelem pela imagem e reputação da BSCA;
- III Utilizem os recursos institucionais apenas para fins profissionais;
- IV Mantenham conduta respeitosa e colaborativa;
- V Comuniquem situações de conflito de interesses ou violação às regras aqui previstas.

Art. 5º - Condutas Vedadas

É vedado a qualquer pessoa abrangida por este Código:

- 1 Praticar ou compactuar com qualquer forma de corrupção, fraude ou ilicitude;
- II Oferecer, prometer, pagar ou receber propina, suborno ou qualquer vantagem indevida;





- Assediar moral ou sexualmente colegas, subordinados, superiores ou terceiros; IV
- Utilizar informações confidenciais para obter benefícios próprios ou de terceiros;
- V Manipular registros, balanços, relatórios ou documentos.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

Art. 6º - Compromisso com a Lei Anticorrupção

A BSCA adota política de tolerância zero com relação a atos de corrupção, devendo observar, em especial, as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e demais normas correlatas.

Art. 7º - Interação com Agentes Públicos

É proibida qualquer forma de pagamento, promessa ou concessão de vantagem indevida a agentes públicos nacionais ou estrangeiros, direta ou indiretamente, inclusive mediante terceiros, mesmo que sob a forma de doação, patrocínio ou hospitalidade.

Art. 89 - Presenças Institucionais e Presentes

Presentes, brindes, viagens, refeições e hospitalidades só podem ser oferecidos ou aceitos se:

- 1 Tiverem valor módico e finalidade institucional;
- II Estiverem de acordo com os princípios deste Código;
- III Não implicarem expectativa de contrapartida ou influência indevida.

CAPÍTULO V - MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE

Art. 9º - Programa de Integridade

A BSCA manterá um programa de integridade com os seguintes pilares:

I - Comprometimento da alta direção;





II - Treinamento e comunicação;

III - Avaliação e due diligence de terceiros;

IV - Auditorias internas e monitoramento;

V - Canais de denúncia seguros e independentes.

Art. 10 - Treinamento e Conscientização

Todos os colaboradores participarão de treinamentos regulares sobre ética, conduta e anticorrupção, devendo comprovar a compreensão e aceite do Código.

Art. 11 - Due Diligence de Terceiros

A contratação de terceiros será precedida de análise de integridade (due diligence), considerando:

- I Histórico de conformidade legal;
- II Vínculos com agentes públicos;
- III Capacidade técnica e reputacional;
- IV Existência de sanções ou condenações anteriores.

CAPÍTULO VI – CANAL DE DENÚNCIAS E PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE

Art. 12 - Canal de Denúncia

A BSCA disponibiliza o canal de comunicação seguro, anônimo e independente: dpo@bsca.com.br, que permite o registro de denúncias, sugestões e relatos de violação ao presente Código.

Art. 13 - Apuração e Consequências

As denúncias recebidas serão apuradas com imparcialidade, assegurado o contraditório, podendo resultar em:

I - Medidas disciplinares internas;





II - Rescisão de contratos;

III - Notificação às autoridades competentes, quando cabível.

Art. 14 - Proteção ao Denunciante

O denunciante de boa-fé será protegido contra retaliação ou qualquer forma de prejuízo, assegurando-se o sigilo de sua identidade.

CAPÍTULO VII - SANÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 15 - Tipos de Sanções

O descumprimento deste Código pode resultar, conforme a gravidade do fato, em:

1 - Advertência verbal ou escrita;

II - Suspensão;

III - Dispensa por justa causa;

 IV - Encaminhamento às autoridades para apuração criminal ou cível.

Art. 16 - Responsabilidade dos Gestores

Os gestores devem agir como exemplos de conduta, sendo corresponsáveis por omissões e tolerâncias em relação a desvios de ética ou legalidade.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Reavaliação e Atualização

Este Código deverá ser revisado periodicamente, no máximo a cada 24 meses, com participação dos setores jurídico, compliance e recursos humanos.

Art. 18 - Termo de Compromisso





Todos os integrantes da BSCA deverão assinar termo de conhecimento e compromisso com este Código, o qual passará a integrar o contrato de trabalho e demais instrumentos de relação com terceiros. Art. 19 - Vigência

Este Código entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Vinium Estula